



FUNDAÇÃO SANTA TEREZINHA DE MOSSORÓ – FUNDASTEM
FACULDADE DIOCESANA DE MOSSORÓ – FDM
FUNDASTEM: CNPJ nº 07.729.838/0001-60 – FDM: CNPJ nº 07.729.838/0002-40
Reconhecimento: Portaria MEC nº 69, de 29/01/2015, publicada no DOU de 30/01/2015
Praça Dom João Costa, 511 – Bairro Santo Antônio. 59.611-120 – Mossoró/RN
(84)3318.7648 – Email: teologia.fdm@gamil.com
Site: www.fdm.edu.br



PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O TRIÊNIO 2015-2017

**MOSSORÓ – RN
2015**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	2
2 CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL	4
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	6
4 OBJETIVOS DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO	8
4.1 Objetivo Geral	8
4.2 Objetivos Específicos	8
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	9
5.1 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)	9
5.2 DIMENSÕES, INDICADORES, PROCESSOS E INSTRUMENTOS DA AUTO AVALIAÇÃO	11
5.3 ETAPAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	14
6 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	20
7 CONSIDERAÇÕES	21
8 CRONOGRAMA 2015	22
9 CRONOGRAMA 2016-2017	22
10 REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

Na FACULDADE DIOCESANA DE MOSSORÓ – FDM, a Avaliação Institucional é tratada como processo voltado para a melhoria da qualidade da educação que promove.

É processo que visa alimentar interações acadêmicas pelo fornecimento de dados que propiciem diagnósticos e tomadas de decisão para superar o que for indicado como carência e reforçar o que for apresentado como de excelência.

A Avaliação Institucional na FACULDADE DIOCESANA DE MOSSORÓ – FDM transcende a dimensão técnica e se reveste de dimensão política constituindo-se numa cultura de permanente busca de qualidade. Ela não se exime no fato de que toda avaliação é tendenciosa e subjetiva, portanto não se apresenta como algo finito e neutro.

Por esse programa, a FACULDADE DIOCESANA DE MOSSORÓ – FDM se propõe a ampliar a natureza de ações cooperativas e solidárias entre diferentes setores acadêmicos e administrativos por meio dos diagnósticos que produz, dando voz a muitos fatos que muitas vezes ficam obscurecidos pela velocidade com que ocorrem e se atropelam.

A Avaliação se apresenta como importante agente para controle da qualidade dos questionamentos, dos resultados da pesquisa e da formação permanente de professores e alunos.

A Avaliação também se apresenta como importante elemento para definir prioridades orçamentárias, otimizar meios e recursos para elevar de forma gradual e qualitativa a educação promovida com o dinamismo de diferentes e mutáveis níveis de exigência para a excelência.

A Avaliação Institucional na Faculdade Diocesana de Mossoró procura atender às prerrogativas da Lei do SINAES Lei 10.861/04, considerando as 10 dimensões a serem avaliadas. O Projeto de Avaliação Institucional define as etapas e os instrumentos que serão utilizados no processo de avaliação.

É neste sentido que a Avaliação Institucional é hoje uma necessidade para todas as Instituições de Ensino Superiores brasileiras, pois possibilita analisar suas ações administrativas, técnicas e pedagógicas de maneira contextualizada, crítica e participativa, permitindo perceber suas possibilidades e limitações, bem como apontar caminhos para a tomada de decisões em relação ao pensar e ao agir.

O presente Projeto de Avaliação Institucional da Faculdade Diocesana de Mossoró contempla os objetivos da avaliação, a apresentação sucinta do perfil institucional da FDM, uma discussão condensada acerca do referencial teórico relacionado à temática da

avaliação, bem como a metodologia, a sistemática de operacionalização, os recursos e o cronograma a serem utilizados, a partir do ano de 2015. Os itens que se seguem apresentam em detalhes as informações ora referidas.

2 CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A Faculdade Diocesana de Mossoró - FDM com sede na cidade de Mossoró-RN foi credenciada pela Portaria Ministerial Nº 587, de 17 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 18 de junho de 2009, e a autorização de funcionamento do Curso de Teologia, seu primeiro Curso Superior ocorreu logo em seguida pela Portaria nº 839, de 25 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 26 de junho de 2009.

Para cumprir o compromisso assumido com a sociedade, os Princípios e Valores da Instituição são fundamentados, dentre outros aspectos, na produção e socialização do saber; na oferta de serviços educacionais de qualidade e, na integração com o mercado e com a comunidade.

Tendo como missão “Educar para a cidadania, a verdade e a justiça, formando uma consciência mais profunda do sentido do Homem no mundo, à luz dos princípios evangélicos e da ética cristã.”, a Faculdade Diocesana de Mossoró – FDM atua numa perspectiva futurista de “Estar entre as melhores Instituições de Ensino Superior, na região norte-rio-grandense, proporcionando o crescimento social e profissional da comunidade, através da transferência e construção de saberes.”

Ainda em compatibilidade com sua Missão Institucional, o Projeto Pedagógico do Curso de Teologia, bem como os projetos dos cursos que estão em fase de elaboração na Faculdade Diocesana de Mossoró, direcionam suas atividades-fim (ensino, pesquisa e extensão), na perspectiva de garantir a ampliação do conhecimento, a concretização do trabalho acadêmico e a integração com a comunidade.

A atuação do ensino na Graduação reúne conteúdos de formação básica, complementar, geral e auxiliares bem como metodologias específicas capazes de promover o aprimoramento da relação ensino-aprendizagem, focalizando a investigação científica e a interdisciplinaridade, mediante a prática de vivências pedagógicas e estudos de casos, elementos sempre associados a uma prática profissional.

O ensino praticado nos Cursos de Extensão é direcionado à comunidade interna e externa, visando divulgação e atualização de conhecimentos e técnicas específicas nas várias áreas do conhecimento.

Como função indissociável do ensino, a FDM desenvolve a Pesquisa, representada por atividades de Iniciação Científica, objetivando ampliar, no aluno, o acervo de conhecimentos adquiridos ao longo do seu curso, bem como propiciar o desenvolvimento de competências necessárias à formação da atitude investigativa.

As atividades acadêmicas da FDM iniciaram em 2010, com a implantação do Curso de Graduação em Teologia. No ano de 2013, foi realizada uma enquete com alunos de terceiros anos de Ensino Médio procurando entender quais os cursos que despertam maior interesse do público alvo, com o objetivo de atender a expansão acadêmica. Entre os cursos com maior indicação e que apresentam compatibilidade com a FDM, foram o de Psicologia e Direito, o que motivou a elaboração do Projeto do Curso de Psicologia, a ser encaminhado ao MEC/SEMTEC em setembro para autorização.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Numa perspectiva crítica e transformadora, a avaliação é entendida como um processo que visa contribuir de forma contínua, orgânica e reflexiva para o debate e a intervenção em projetos e programas.

Para Balzan, Dias Sobrinho (1995, p. 9), a avaliação Institucional "é uma atividade metodológica que consiste na coleta e na combinação de dados relativos ao desempenho, usando um conjunto ordenado de escalas de critérios que levem a classificações comparativas ou numéricas, e na justificação". É preciso, portanto, avaliar não apenas o grau de consecução dos objetivos estabelecidos, mas também os próprios objetivos e outras consequências não previstas. Nesse sentido, o autor complementa ainda que "a avaliação é o processo de delinear, obter e fornecer informações úteis para o julgamento de decisões avaliativas".

Para Silva apud Sant'Anna (1995), avaliação é o processo de delinear, obter e fornecer informações úteis para julgar e tomar decisões alternativas.

O enfoque de avaliação orientada para a tomada de decisão enfatiza a participação de todos os agentes do processo, tais como corpos docente, discente e técnico administrativo, além de conselhos deliberativos, os quais devem decidir o que avaliar e como utilizar os resultados da avaliação. Entendida como um serviço de informação para toda a comunidade sobre as características de seu trabalho e de seus projetos acadêmicos, a avaliação tem como principal vantagem encorajar a comunidade universitária a utilizar a avaliação contínua e sistematicamente, no intuito planejar e implementar projetos e programas (STUFFLEBEAM e WEBSTER, 1991).

Segundo a CONAES, a avaliação institucional é compreendida como a grande impulsionadora de mudanças no processo acadêmico de produção e disseminação de conhecimento, que se concretiza na formação de cidadãos e profissionais e no desenvolvimento de atividades de pesquisa e de extensão. Neste sentido, contribui para a formulação de caminhos que conduzam à transformação da educação superior, evidenciando o compromisso desta com a construção de uma sociedade mais justa e solidária e, portanto, mais democrática e menos excludente.

Assim, a necessidade das Instituições de Ensino Superior - IES realizarem avaliações sistemáticas nos cursos que ministram são imprescindíveis, a fim de que seja possível planejar um ensino de melhor qualidade, que contribua para a formação continuada desses futuros profissionais. Portanto, a avaliação deve ser um processo contínuo e sistemático, ou seja, não pode ser esporádica nem improvisada, mas, ao contrário, deve ser constante e planejada. Nessa perspectiva, a avaliação do processo

ensino-aprendizagem, como parte de um sistema mais amplo, que é a Avaliação Institucional, deve integrar todos os membros que compõem o Sistema Educacional.

4 OBJETIVOS DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO

A luz dos pressupostos contemporâneos de avaliação, cujo caráter é formativo, a autoavaliação institucional tem como finalidade o aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica e da Instituição como um todo e visa autoconhecimento e a tomada de decisões na perspectiva de desenvolver uma educação superior de qualidade.

Assim, o processo de avaliação da Instituição e de seus cursos tem por objetivos:

4.1 Objetivo Geral

Acompanhar e aperfeiçoar o processo de avaliação da IES, promovendo a permanente melhoria da qualidade social e pertinência das atividades relacionadas ao ensino, práticas investigativas, extensão e gestão.

4.2 Objetivos Específicos

- Conhecer como se realizam e se inter-relacionam as funções de ensino, pesquisa e extensão;
- Garantir a qualidade da ação acadêmica e prestar contas à sociedade da consonância desta ação com as demandas científicas e sociais da atualidade;
- Repensar as formas de atuação, ações, produtos e resultados na perspectiva de uma Instituição atenta às demandas profissionais, condizente com o momento histórico local e global, e;
- Identificar as mudanças necessárias e implantá-las, contribuindo para o aperfeiçoamento do Projeto Institucional.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando-se que a Avaliação Institucional na Faculdade Diocesana de Mossoró é tanto interna quanto externa, o universo da pesquisa, em sua dimensão interna, é composto por docentes, corpo técnico-administrativo e discente. Já o universo da avaliação externa é constituído por egressos do ensino superior (a partir de 2015), pós-graduandos e pós-graduados, elementos da sociedade, representados pelos usuários das atividades de pesquisa e extensão, e representantes do mercado de trabalho.

5.1 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

A coordenação do Processo de Avaliação Institucional fica a cargo da Comissão Própria de Avaliação (CPA), constituída conforme legislação em vigor e devidamente aprovada pelos órgãos colegiados internos. Os atuais membros da CPA, abaixo relacionados, foram nomeados por meio de portarias específicas.

PRESIDENTE

- ✓ Prof. Francisco Aluziê Barbosa das Chagas. Portaria nº 29/2015, de 04 de maio de 2015.

VICE-PRESIDENTE

- ✓ Francisco José de Carvalho. Portaria nº 30/2015, de 04 de maio de 2015.

REPRESENTANTE DOCENTE

Prof. José Roberto da Silva. Portaria nº 33/2015, de 04 de maio de 2015.

REPRESENTANTES DISCENTES

- ✓ José Alves Paiva Júnior. Portaria nº 35/2015, de 04 de maio de 2015.
- ✓ Patrícia Gurgel Medeiros Gastão. Portaria nº 36/2015, de 04 de maio de 2015.

REPRESENTANTE DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

- ✓ Meirelúcia dos Santos Costa. Portaria nº 34/2015, de 04 de maio de 2015.
- ✓ Iêda Silvana Tavares Diniz. Portaria nº 32/2015, de 04 de maio de 2015.

REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

- ✓ Alexandre Magno Fernandes de Queiroz. Portaria nº 31/2015, de 04 de maio de 2015.

O processo avaliativo, coordenado pela referida comissão buscará fornecer indicadores qualitativos e quantitativos substantivos para que a comunidade acadêmica

tenha a possibilidade de conhecer e questionar a realidade acadêmico-administrativa, no que se refere à gestão das políticas, processos e práticas da Instituição diante dos desafios da contemporaneidade.

5.2 DIMENSÕES, INDICADORES, PROCESSOS E INSTRUMENTOS DA AUTO AVALIAÇÃO

DIMENSÕES	INDICADORES	PROCESSOS/METODOLOGIA	INSTRUMENTOS
1 Missão e PDI	Existência de finalidades, objetivos e compromissos da instituição, explicitados em documentos oficiais.	Levantamento, organização, análise dos documentos.	Plano de Desenvolvimento Institucional da FDM; Plano Pedagógico institucional e Projetos Pedagógicos dos Cursos.
	O PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida.	Análise para verificar a coerência entre as ações e práticas realizadas na instituição e os propósitos formulados no PDI.	Fichas de registro e relatórios.
2 Política de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão e respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades	Existência de matriz curricular: ementário; planos e programas de ensino, regime acadêmico, disciplinas.	Compatibilidade das disciplinas x carga horária. Análise do perfil profissional x perspectivas do mercado de trabalho.	Registros dos documentos e análise.
	Atividades complementares	Metodologia e articulação com o processo ensino aprendizagem	Ficha de registros
	Estágio supervisionado.	Acompanhamento da eficiência e eficácia do estágio, em relação à interação do processo ensino aprendizagem x mercado de trabalho.	Ficha de registros
	Articulação da iniciação à pesquisa com as demais atividades acadêmicas.	Avaliação das sistemáticas de articulação e incentivo à iniciação pesquisa	Registros dos documentos e análise.
	Promoção de eventos que permitam a divulgação da iniciação científica desenvolvida envolvendo docentes e discentes.	Publicação de revista impressa e eletrônica	Registros utilizando ficha de avaliação
	Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social.	Avaliação sobre o impacto e alcance de atividades, projetos e	Registros utilizando ficha de avaliação.

		programas de extensão.	
3 Responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural	Acessibilidade: ingresso, permanência e promoção dos indivíduos e cidadãos.	Avaliação de impacto social, responsabilidade pública e cidadania.	Pesquisa junto à comunidade discente, e o sistema produtivo, utilização de questionários, desenvolvimento de atividades.
	Realização de ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa.	Avaliação de impacto social, responsabilidade pública e cidadania.	Reuniões, pesquisa através de questionários.
4 Comunicação com a sociedade	Adoção de estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa.	Avaliação da imagem institucional e mecanismos de comunicação interna e externa	Página institucional na internet; publicidade externa
	Desenvolvimento da imagem pública da instituição nos meios de comunicação social	Acompanhamento da frequência e canais de comunicação utilizados	Quadros de avisos; rede interna de computadores; página internet; reuniões com gestores, editais, manuais de circulação.
	Serviço de Ouvidoria	Avaliação do serviço de ouvidoria desenvolvido na FDM	Acompanhamento da utilização do serviço e retorno aos usuários
5 Políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho	Existência de planos de carreira regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos com critérios claros de admissão e de progressão.	Avaliação das políticas e práticas institucionais de gestão de pessoas	Questionários, fichas de registros, reuniões, palestras.
	Desenvolvimento de programas de qualificação profissional de docentes e técnico-administrativo.	Avaliação das políticas e práticas institucionais de gestão de pessoas	Registros utilizando ficha de avaliação
	Clima institucional,	Pesquisa de clima	Questionários, fichas de registros,

	relações inter-pessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional	organizacional	reuniões, palestras
	Existência de mecanismos de avaliação docente	Avaliação do desempenho do professor pelos alunos. Índice de satisfação e insatisfação dos alunos.	Registros utilizando ficha de avaliação
6 Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios	Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados.	Avaliação do funcionamento dos órgãos colegiados, compatibilizando com o regimento.	Registros das reuniões
	Existência de instruções normativas formuladas conhecidas sobre os procedimentos institucionais (estatuto, regimentos, organogramas, regulamentos internos, normas acadêmicas e outros)	Acompanhamento do PDI e resoluções internas; Organograma, e regimentos específicos.	PDI e resoluções internas; Organograma, e regimentos específicos
	Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções modos de participação dos atores na gestão.	Avaliação da gestão organizacional	Plano estratégico Institucional
7 Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação	Adequação da infraestrutura, em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão	Avaliação da gestão organizacional	Quadro contendo informações sobre a Instituição
	Existência de salas de aula, biblioteca, laboratório de informática, área de lazer, equipamentos de informática.	Compatibilizar quantidade x qualidade para sua plena utilização e conservação.	Registros utilizando ficha de avaliação
	Existência de locais de convívio disponível aos discentes, docentes e funcionários técnico-administrativos	Áreas de convivência; gabinetes de professores; salas de professores.	Registros utilizando ficha de avaliação
8 Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional	Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional e suas atividades educativas	Leitura e análise dos Indicadores.	Relatórios. Gráficos.
	Existência e funcionamento de planejamento das atividades da instituição	Acompanhamento dos planos existentes	Leitura e análise dos indicadores existentes e a correção de rumos

	Existência e funcionamento de avaliação institucional	Divulgação interna do processo e dos resultados da avaliação interna	Relatórios da avaliação institucional
9 Políticas de atendimento aos estudantes	Existência de políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes e sua relação	Avaliação da qualidade dos serviços educacionais	Concessão de bolsas
	Existência de mecanismos/sistemáticas de estudos e análise dos dados sobre os ingressantes, evasão, tempos médios de conclusão, e relação professor / aluno	Leitura e análise dos Indicadores.	Análise de questionários e estudos sobre a questão
10 Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior	Existência de políticas de captação e alocação de recursos	Plano Estratégico Institucional	Análise Documental
	Cumprimento das obrigações trabalhistas	Certidões negativas e documentos comprobatórios	Análise Documental
	Pagamento sistemático dos salários dos docentes e dos técnico-administrativos	Contra-cheques e documentos comprobatórios	Análise Documental
	Existência de controle entre as despesas efetivas e àquelas referentes à despesas correntes, de capital, e de investimento.	Planilhas de gastos Folhas de pagamento	Análise Documental

5.3 ETAPAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A preparação dos envolvidos no processo de avaliação requer a sensibilização e de todos os segmentos envolvidos no processo, com o intuito de deixar claro que a avaliação não deve ser encarada como uma estratégia punitiva, mas pelo contrário, que a mesma represente uma estratégia que busca assegurar a qualidade dos serviços prestados pela Instituição e seus cursos.

O processo de avaliação como um todo abrange aspectos de natureza quantitativa e qualitativa, e compreendendo as etapas:

Etapa 1 – Constituição da CPA e Elaboração do Projeto de Avaliação Institucional

Quando: 2015 – Periodicidade: Eleita para mandato de 02 anos

A avaliação institucional é desenvolvida pela CPA, que tem como atribuições: acompanhar e avaliar o Plano de Desenvolvimento Institucional, acompanhar os processos de avaliação desenvolvidos pelo Ministério da Educação, formular propostas

para a melhoria da qualidade do ensino, divulgar os resultados da auto avaliação à comunidade interna e externa.

A CPA da FDM é composta pelos seguintes membros: representante docente, representante discente, representante do pessoal técnico-administrativo, representante da sociedade civil organizada.

A elaboração do projeto de avaliação contendo objetivos, estratégias, metodologia, e calendário das ações avaliativas, procurou levar em conta as características da instituição, como também a busca de autoconhecimento.

Etapa 2 – Sensibilização da Comunidade Acadêmica

Periodicidade: Ação permanente

Desenvolvimento na comunidade da compreensão da importância e da natureza do nosso programa de avaliação. De forma que a avaliação possa se apresentar como oportunidade e não ameaça, passando a ser incorporada como instrumento importante para a tomada de atitudes e propiciar a ação profissional de cada uma das partes envolvidas.

Etapa 3 – Avaliação Docente/Discente

Periodicidade anual: Ação permanente

Esta avaliação investiga qual é a opinião que os alunos têm sobre o professor e sobre o seu desempenho diante de 28 alternativas agrupadas em 7 categorias acadêmico-pedagógicas:

- 1) Conteúdo;
- 2) Pesquisa acadêmica;
- 3) Ação pedagógico-acadêmica;
- 4) Relacionamento Interpessoal;
- 5) Interação Acadêmica;
- 6) Avaliação;
- 7) Avaliação da ética.

Como resultado dessa avaliação, os dados serão encaminhados aos coordenadores para servirem de subsídios na construção/revisão do projeto pedagógico e nos programas de melhoria do corpo docente, contribuindo assim, para que as políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão sejam analisadas e até revistas (Dimensão 2)

Etapa 4 – Avaliação do Desempenho das Disciplinas

Periodicidade semestral: Ação permanente

Nesta etapa pretende-se promover e desencadear diálogo franco e direto dos alunos com seus professores. Esse instrumento é aplicado pelos próprios professores a seus alunos no final de cada semestre.

Os resultados individuais são sigilosos e o somatório das avaliações das disciplinas de determinado cursos serão parte importante da avaliação numa direção que favoreça a franqueza, a seriedade e a maturidade social e profissional esperada na relação entre o professor e o aluno.

Embora sigilosos, os resultados poderão servir como matéria de análise num fórum de discussão, se assim desejarem o grupo diretamente interessado.

Com esta avaliação pretende-se, também, oferecer ao professor um perfil de seu desempenho no semestre para que promova os ajustes para a melhoria de seu desempenho no semestre seguinte.

Etapa 5 – Avaliação dos Cursos

Periodicidade anual: Ação permanente

Esta Avaliação, aplicada atualmente com periodicidade anual, pretende ouvir, de modo permanente, o aluno e o professor para confronto de suas impressões sobre os procedimentos educacionais em andamento, verificando lhes da coerência com o desenho do perfil profissional estabelecido, a fim de promover correção de rumos nos conteúdos, ênfases e requisitos, de modo a não se afastar da desejada formação do futuro profissional.

Eventualmente, o resultado dessa aferição poderá ainda produzir reparos no PPC dos cursos, no próprio desenho do perfil profissional estabelecido, tendo em vista mudanças de expectativas do mercado de trabalho, com relação ao perfil desejável. (Dimensão 2)

A fim de promover medidas de aprimoramento das instalações físicas e dos cursos, bem como implementar ações para melhorar o nível das relações interpessoais e para a construção dos projetos pedagógicos dos cursos e da FACULDADE DIOCESANA DE MOSSORÓ - FDM.

Etapa -6 Avaliação de Desempenho do Pessoal Técnico-Administrativo

Periodicidade anual: Ação permanente

Realizar-se-á por meio de coleta de dados, de documentos e relatórios administrativos que possibilitam análise qualificativa dos dados.

Esta avaliação tem uma segunda vertente destinada a analisar a natureza e estrutura administrativa da FACULDADE DIOCESANA DE MOSSORÓ - FDM com o pessoal que executa as tarefas e com o público que dela usufrui.

Serão investigados os serviços prestados: Administrativos, Financeiros, Secretaria, Biblioteca, Manutenção, Serviços e outros.

Esta avaliação terá caráter permanente e contínuo. Nesta etapa também serão investigados aspectos pertinentes às condições de trabalho em todos os setores da FACULDADE DIOCESANA DE MOSSORÓ – FDM. Nesta etapa será avaliada a otimização dos serviços prestados, no sentido do melhor aproveitamento dos recursos e instalações e na otimização dos atendimentos aos públicos interno e externo.

Coerente com os objetivos de criar um clima e uma comunidade acadêmicos e, especialmente, de dar o melhor atendimento ao corpo discente, o programa institucional de avaliação terá neste banco de dados oportunizados as melhores atitudes administrativas para atender os seus propósitos.

Essa avaliação será realizada junto aos setores administrativos próprios, para elaboração dos indicadores que estiverem de acordo com as normas e procedimentos da instituição, para atender às expectativas de seus programas de serviço e para investigar as normas e funções das suas relações com os diversos públicos com que eles tratam.

Etapa 07 - Avaliação do Desenvolvimento dos Programas de Inserção Social

Ação permanente com periodicidade anual.

Esta etapa utilizará software adequado e será respondida pelos alunos, pelos agentes e pelos beneficiados por programas de extensão. Deverá levantar as expectativas iniciais dos alunos e da comunidade e o nível de satisfação depois de realizado o curso ou o serviço. Para esta avaliação deverá ser designada comissão específica. (Dimensão 3: Responsabilidade Social da IES).

Etapa 08 - Avaliação do Compromisso da FDM com a Comunidade

Ação permanente com periodicidade anual.

O compromisso da FUNDAÇÃO SANTA TERESINHA DE MOSSORÓ - FUNDASTEM, através da FACULDADE DIOCESANA DE MOSSORÓ – FDM, com a comunidade será avaliado por elementos que constituem o entorno da instituição. Para este fim, pessoas com relevância social, ligadas à vida do Rio Grande do Norte, serão convidadas a opinar sobre a importância da FUNDAÇÃO SANTA TERESINHA DE MOSSORÓ - FUNDASTEM e sua Faculdade para a localidade e para a população, de acordo com indicadores que serão estabelecidos pelo grupo e pela comissão coordenadora dessa avaliação. (Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade)

O início deste item está previsto para o segundo semestre de 2015 e deverá avaliar a demanda, o atendimento ao público e a promoção cultural, levada a efeito nos três últimos anos que antecedem à pesquisa.

Etapa 08 - Avaliação das Políticas de Pessoal Docente e Técnico-Administrativo

Periodicidade anual: Ação permanente

O compromisso da FUNDAÇÃO SANTA TERESINHA DE MOSSORÓ - FUNDASTEM, através da FACULDADE DIOCESANA DE MOSSORÓ – FDM, com seus professores e pessoal técnico-administrativo será acompanhado analisando a existência de Plano de Carreira Docente e Plano de cargos e salários do pessoal técnico-administrativo, bem como sua implantação e efetivação. (Dimensão 5: Políticas de Pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo).

Etapa 09 - Avaliação das Políticas de Planejamento da IES

Periodicidade anual: Ação permanente

Essa avaliação será realizada junto ao NDE e à própria CPA buscando analisar dados relacionados à ações e funcionamento, bem como de retorno dos processos avaliativos. A pergunta chave para essa análise é a seguinte: quais ações de melhoria decorreram das ações de avaliação? (Dimensão 8: Planejamento e Avaliação).

Etapa 10 - Avaliação da Sustentabilidade Financeira

Periodicidade anual: Ação permanente

Como compete à mantenedora promover adequadas condições de funcionamento das atividades da FDM, colocando-lhe à disposição os bens imóveis, móveis e equipamentos necessários e assegurando-lhe os suficientes recursos financeiros de custeio, anualmente serão analisados os quadros das receitas, despesas e investimentos, projetados. Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira.

Procedimentos para Interação das Etapas do Programa

No seu conjunto as etapas do nosso Programa de Avaliação Institucional querem promover a interação entre os resultados alcançados em cada uma conforme elas se sucedem. Desta forma, os resultados alcançados nas propostas de ação do programa, com o passar do tempo, se apresentarão cada vez mais como rede de informações de dados, que poderão ser fundamentais para muitas tomadas de decisão, tanto pela pelas Coordenações dos cursos existentes, como pela Diretoria e por quem mais tiver interesse e necessidade.

Como reflexo dos resultados dessas avaliações, pretende-se motivar docentes e funcionários para a participação em programas e cursos oferecidos para o desenvolvimento de potencial e discussão de alternativas que gerem correção qualitativa dos aspectos e dos elementos diagnosticados.

Pretende-se com esses procedimentos promover a transparência nas relações de poder, animar a ética nos processos decisórios e disseminar clima de fraternidade, solidariedade, integridade e cooperação como possibilidade para a consecução dos

programas e projetos que viabilizem a FACULDADE DIOCESANA DE MOSSORÓ – FDM como instituição de Excelente Qualidade Educacional.

6 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Durante todo o processo de avaliação institucional será realizado um acompanhamento contínuo com o objetivo de identificar os elementos que possibilitarão reformulações do próprio Projeto de Avaliação Institucional. Isso envolverá a necessidade de estudos conceituais sobre avaliação, estudos sobre o impacto da avaliação, e sobre a metodologia de avaliação, podendo vir a constituir-se uma área de pesquisa.

Contribuirão para essa avaliação os indicadores obtidos por meio de instrumentos (questionários) apresentados aos participantes do processo com o objetivo de avaliação da avaliação institucional.

7 CONSIDERAÇÕES

Consideramos que uma avaliação institucional ampla e consistente pode colaborar significativamente na reestruturação do capital cultural e formação de uma cultura de avaliação na comunidade envolvida.

Nesse contexto, torna-se necessário um trabalho contínuo de sensibilização e análise de dados embasada na confiabilidade do processo, visando aumentar a participação da comunidade acadêmica no processo de avaliação, consolidando o Processo de Avaliação Institucional da Faculdade Diocesana de Mossoró.

8 CRONOGRAMA 2015

AÇÕES	Abril	Maiο	Junho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Análise e reelaboração do Projeto de Autoavaliação	X							
Sensibilização da Comunidade		X	X					
Avaliação do PDI			X	X	X			
Ações de autoavaliação Revisão dos pareceres do Mec em avaliações anteriores				X	X	X		
Elaboração Relatório							X	X

9 CRONOGRAMA 2016-2017

AÇÕES	Abril	Maiο	Junho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março
Estudo do Projeto de Autoavaliação e dos Instrumentos de avaliação	X										
Sensibilização da Comunidade		X	X	X							
Avaliação do PDI			X	X	X						
Ações de autoavaliação				X	X	X					
Elaboração do Relatório Parcial							X				
Revisão do Relatório								X		x	
Encaminhamento do Relatório aos interessados									X	X	

10 REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.** Brasília, 2004.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. **Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições. Elaborada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Brasília, 2004.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004. **Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861/ 2004.** Brasília, 2004.

BALZAN, N. C; DIAS SOBRINHO, J. (Org). **Avaliação institucional: teoria e experiência.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CONAES. **Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior.** Brasília: MEC/Inep, 2004.

SANT'ANNA, I M. **Por que avaliar? Como avaliar?** Petrópolis: Vozes, 1995.

SINAES. **Roteiro de Auto-Avaliação Institucional 2004.** Brasília: MEC/Inep, 2004.
STUFFLEBEAM, D.L.L. y SHINKFIELD, A. J. Evaluación sistemática. Guía teórica y práctica. Madrid: Paidós, 1987.

FACULDADE DIOCESANA DE MOSSORÓ- FDM. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.** Mossoró/RN, 2015.